

II SEMINÁRIO DE AÇÕES EXTENSIONISTAS

DIREITO INTERNACIONAL, CONVENÇÕES E DECLARAÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

LAURIDSON JOSÉ CAMPELO

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA).
E-mail: lauridsonc@gmail.com

ANA BEATRIZ NICOLETE DE FREITAS

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA).
E-mail: beatriznicolete85@gmail.com

ANTÔNIA KEILA SAMPAIO PINHEIRO

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA).
E-mail: sampaio.keilap@gmail.com

ERICA MARIA BENÍCIO FREIRE

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA).
E-mail: erica_benicio@outlook.com

GIOVANNA LIMA SANTOS

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA).
E-mail: giovanna.limasantos28@gmail.com

IVYNA DAUANY LIMA PINTO VIDAL DE ALMEIDA BRAGA

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA).
E-mail: ivynadauanybraga@gmail.com

LARA STÉPHANY RODRIGUES PIMENTA

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA).
E-mail: Larastephanypimenta@gmail.com

LYA BARROS COSTA

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA).
E-mail: lyabcosta@gmail.com

PEDRO HENRIQUE DA SILVA FREITAS

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA).
E-mail: 2023010634@unicatolicaquixada.edu.br

STEPHANIE EXPEDITA FERNANDES SCALANTI

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA).
E-mail: stephaniescalantiefm@gmail.com

PEDRO RAFAEL MALVEIRA DEOCLECIANO

Docente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA).
E-mail: pedrorafael@unicatolicaquixada.edu.br

RESUMO

A legislação internacional dos direitos das pessoas com deficiência é composta por diversas convenções e acordos que visam garantir a inclusão e igualdade das pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida. Entre os principais documentos estão a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006, e a Declaração Mundial sobre Deficiência, de 2004. Dessa forma, a legislação internacional dos direitos das pessoas com deficiência é um importante instrumento para promover a inclusão e combater a discriminação e o preconceito em relação a essa parcela da população mundial. O presente trabalho tem por intuito pesquisar e apresentar as leis vigentes que asseguram em âmbito internacional os direitos das pessoas com deficiência, informar e expor a importância desses direitos na sociedade global e qual o impacto do desrespeito às leis na vida das Pessoas Com Deficiência, além de explicar e informar conceitos e deveres em sociedade para a melhoria de vida

II SEMINÁRIO DE AÇÕES EXTENSIONISTAS

destas. Os direitos das pessoas com deficiência são normas e valores que buscam a proteção, o amparo e a inclusão das pessoas com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Esses direitos se baseiam no princípio da igualdade, em que todos devem ter condições de participação ativa na sociedade. 1º Capacitação e aulas especiais por meio de videoaulas no ambiente virtual de aprendizagem. 2º Pesquisas nos meios digitais para o compilado de legislações de âmbito internacional voltada para as pessoas com deficiência. 3º Projeção e execução do compilado de legislações e trabalho expositivo. A partir da compreensão do objeto de estudo, pessoas com deficiências e seus direitos relativos, seguimos com o nosso objeto de discussão: fazer um levantamento da legislação referente a essas pessoas. Buscando no sistema internacional, universal e regional de direitos humanos, tratados, convenções, declarações e normas que estabeleçam direitos e proteções a essas pessoas. Com esse panorama, daremos início a uma discussão sobre a implementação de direitos que não são concretizados, bem como fomentar o debate público sobre o tema e as formas possíveis para que esses direitos sejam ampliados e concretizados. É perceptível que o Estado assente e estimule políticas públicas para que melhorem a qualidade de vida das pessoas com deficiência. Conseguimos observar através da análise de artigos, normas, tratados e convenções que garantem o direito das pessoas com qualquer tipo de deficiência as mudanças no paradigma de inclusão tratando o tema através da igualdade de condições para todos, como também no princípio da equidade que busca atender as especificidades de cada pessoa com deficiência. Podemos entender então que, a legislação internacional dos direitos a essas pessoas é fundamental para garantir a inclusão e a igualdade de oportunidades. Possuindo então como objetivo principal, garantir a paridade em meio a sociedade, combater a discriminação e a eliminação de barreiras sociais, arquitetônicas como também atitudinais. Desta forma, conseguimos protagonizar um debate sobre a implementação dessas normas e direitos refletindo sobre as mudanças necessárias para implementar as mudanças em curso.

Palavras-chave: Legislação. Deficiência. Direito. Internacional.